



INTRODUÇÃO

A articulação dos saberes científicos com a realidade existente e vivenciada nas escolas é o ponto de partida para produzirmos conhecimento e avançarmos rumo a uma educação de qualidade e igualitária. É partindo deste princípio que nesta edição a **Revista Eventos Pedagógicos** aborda a temática ‘Desigualdade e Diversidade Étnico-Racial na Educação Infantil’.

Ao pensarmos e refletirmos sobre a realidade escolar precisamos analisar essa sociedade e como ela está organizada. Vivemos em uma sociedade capitalista, a qual produz e reproduz relações de subordinação e hierarquização social. As pessoas são divididas em classes sociais, onde estão sujeitas a um arbítrio cultural daquilo que devem ser enquanto sujeitos e que papéis devem exercer.

As desigualdades, tão presentes nesse modelo social, precisam ser discutidas a fundo de modo que essa realidade seja superada e tenhamos mais igualdade em todas as esferas da vida humana. As pessoas não deveriam ser julgadas pela cor da pele, formato dos olhos, ou pela textura de seu cabelo. O que deveria saltar aos olhos é o sorriso no rosto, o brilho no olhar e a alegria de viver em um mundo onde a única raça existente é a humana.

Neste número apresentamos quatro seções. Iniciamos com a Seção Artigos com a apresentação das pesquisas realizadas na disciplina do Curso de Pedagogia ‘Eventos Científicos da Metodologia de Pesquisa Educacional’; seguimos com a Seção Resumos apresentando as pesquisas realizadas na graduação e pós-graduação; na Seção Livre temos os artigos provenientes da comunidade acadêmica sobre o tema ‘Desigualdade e Diversidade Étnico-Racial na Educação Infantil’ e finalizamos com a Seção Entrevista com a Excelentíssima Ministra Nilma Lino Gomes, do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

A **Seção Artigos** temos as produções pelos acadêmicos da 8ª fase do Curso de Pedagogia da UNEMAT, *campus* de Sinop. Estes artigos foram realizados a partir das pesquisas acadêmicas ao longo do Curso, sob a orientação de um professor, que culminaram nos Trabalhos de Conclusão de Curso defendidos na 7ª fase.

Dentre as várias temáticas abordadas pelos acadêmicos, temos as produzidas no campo da educação infantil que resultaram nos seguintes artigos: **A CRIANÇA E O SEU**

DESENHO: uma construção significativa na idade pré-escolar da autora Rejane Hister; **EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA INFÂNCIA** de Sonia Maria Destefani; **EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: um estudo no Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio em Sinop - Mato Grosso** de Mídiã Rodrigues Olsen dos Santos; **RETRATOS DA ESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR E SUAS IMPLICAÇÕES NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL** de Mayane Ribeiro Espinosa Ormond.

Também na temática da educação infantil temos os artigos em que as autoras discutem a importância das brincadeiras e da música no processo de ensino-aprendizagem com os seguintes artigos: **O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL** de Ana Lúcia Recalde de Andrade; **INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: o lúdico contribuindo com o desenvolvimento das crianças** de Gesiane Gimenes dos Santos Nogueira; **O PAPEL DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL** de Danielle Costa Lorentz.

Apresentamos também os artigos que discutem a prática do cuidar e educar como algo indissociável na educação infantil e a relação da família e da instituição no processo de desenvolvimento da criança. Dessa forma temos os seguintes artigos: **A RELAÇÃO ENTRE CUIDAR E EDUCAR NOS ESPAÇOS DE VIDA COLETIVA NA CRECHE**, da autora Daniela Regina dos Santos de Oliveira; **EDUCAÇÃO INFANTIL: do cuidar às práticas pedagógicas** de Franciele da Silva e, **A INTERAÇÃO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA: desenvolvimento das crianças na Educação Infantil** de Sirlene Alkamin Costa.

Em seguida, temos a temática que discute sobre a educação especial onde nos artigos debatem as dificuldades de aprendizagem e o papel da escola e do professor no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com necessidade educativa especial. São eles: **DISLEXIA: dificuldade de aprendizagem e o papel da escola na compreensão e atendimento do aluno com transtorno na linguagem oral e escrita** de Alaíde Lopes da Silva; **TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH): um olhar pedagógico** de Keity Valéria Padovan da Silva; **A TECNOLOGIA ASSISTIVA: colaborando no aprendizado do aluno com deficiência visual nas instituições públicas de ensino fundamental** de Iolanda Gallo; **Educação Especial: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Atividades Pedagógicas** de Vanessa Rodrigues de Lima; **A CONSTRUÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: um estudo em uma Escola Municipal de Educação Básica na cidade de Sinop, Mato Grosso** de Josilene Vasconcelos da Silva Camilo.

Também foram produzidos artigos sobre a educação básica do ensino fundamental no qual os acadêmicos analisam as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores no processo de alfabetização dos alunos. Sendo assim, temos os seguintes artigos: **ALAFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: métodos e práticas escolares**, da autora Daniela Martins; **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE MATEMÁTICA NO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL** de Francineide Alves dos Santos; **A LEITURA E A ESCRITA NA ESCOLA: olhar investigativo com crianças do 3º ano**, do autor José Valdomiro Ribas de Moura; **CONCEPÇÕES EPISTEMOLÓGICAS E PEDAGÓGICAS PRESENTES NAS FALAS DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE SINOP - MATO GROSSO** de Djordana Cecília Bombarda e **A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS NO ENSINO REGULAR: os desafios do professor nos anos iniciais** de Andréia da Silva.

Os artigos que discutem sobre a educação de jovens e adultos são: **O PAPEL DO PROFESSOR NA RECONSTRUÇÃO EDUCACIONAL DE JOVENS E ADULTOS** de Deise Roque de Oliveira e **AS RELAÇÕES DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO PROCESSO DE FORMAÇÃO HUMANA NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR JURANDIR LIBERINO DE MESQUITA - SINOP-MT** de Josiane Cristina Kolbow.

Nesta edição da revista também foram produzidos artigos no campo do ensino religioso em que discutem sobre a laicidade na educação, refletindo sobre as práticas de ensino religioso no ensino público escolar. Os artigos são da autora Cidéli Dias Lucena, **A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR** e de Taciane Cleire Gielow, **A LAICIDADE NA EDUCAÇÃO: conhecendo a história da educação laica no Brasil e observando o pensamento de um professor de Sinop**.

Por fim, temos os artigos produzidos pelos acadêmicos em diferentes temáticas, como: **EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: a atuação do pedagogo no contexto do Centro de Referência de Assistência Social de Sinop - MT** de Vanuza Tatiani Lourenço; **MULHERES TRABALHADORAS DO CURSO DE PEDAGOGIA DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE SINOP: quais desafios encontrados?** de Erica Carvalho Nunes; **O RENDIMENTO ESCOLAR E O CAPITAL CULTURAL QUE ESTRUTURA OS ALUNOS DE PEDAGOGIA NA UNEMAT EM SINOP** de Izabela Antônia Petroski, e **O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA: potencializador na formação docente dos acadêmicos do Curso de Pedagogia UNEMAT, Sinop – Mato Grosso** de Danielle Batista Cardoso.

Na **Seção Resumos** recebemos as produções de diversas instituições universitárias do Brasil sendo eles:

Da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) temos **CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS: práticas pedagógicas com bebês e crianças pequenas** de Circe Mara Marques

Da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) temos o resumo **ENSINO DA GEOGRAFIA, NAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT FRENTE À LEI 10.639/03** de Luciano da Silva Pereira.

Da Faculdade La Salle de Lucas do Rio Verde temos **A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: preconceito, discriminação, estereótipos ou estigmas?** de Moacir Juliani.

A seguir temos a **Seção Livre** em que apresentamos os artigos referentes à temática ‘Desigualdade e Diversidade Étnico-Racial na Educação Infantil’. No âmbito nacional e internacional, nos últimos tempos, o debate sobre desigualdade e diversidade tem ganhado destaque. Em relação à diversidade, compreendida como construção histórica, social, cultural e política das diferenças, o debate tem tido maior enfoque, de acordo com Abramowicz, Rodrigues e Cruz¹, na heterogeneidade de culturas que marcam a sociedade contemporânea, em oposição ao modelo de Estado-nação, liberal e ocidental e está inserida na maioria dos países do mundo.

As pesquisadoras citadas analisam que o debate sobre diversidade se diferencia tanto nacional quanto internacionalmente de acordo com o período de emergência, as causas principais que geram ou impõem a discussão sobre determinados grupos, identidades culturais, regionais, etárias, discriminação entre outros temas. Imigração, gênero, sexualidade, raça, etnia, religião, língua, espaços/territórios, são os principais fatores que desencadearam um processo de mobilização e discussão sobre diversidade, considerando que em vários contextos, tais fatores estão interrelacionados ou interseccionados.

No Brasil, como em outros países, o debate sobre diversidade resulta da presença de diferentes grupos étnico-raciais que o constitui. A cultura tem sido mote de confrontos mais especificamente, a partir do século XX, com maior ênfase em sua segunda metade. De acordo com Gonçalves e Silva², o movimento negro urbano, por meio de instituições negras vinculadas à cultura, passam a questionar a hegemonia da cultura euro-ocidental que dominava o país.

¹ ABRAMOWICZ, A.; RODRIGUES, T.C.; CRUZ, A.C.J. A diferença e a diversidade na Educação. **Contemporânea**, São Carlos, n. 2, p. 85-97, ago./dez. 2011.

² GONÇALVES, Luiz Alberto O.; SILVA, Petronilha B. G. Multiculturalismo e educação: do protesto de rua a propostas políticas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 109-123, jan./jun. 2003.

No final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, com a emergência de movimentos sociais protestando contra o regime militar, novas reivindicações vão aparecer e todas formuladas em uma perspectiva político-cultural. Argumentando de outra forma, além de exigirem acesso a direitos iguais, aqueles movimentos - negros, feministas, de índios, homossexuais e outros apontavam para a necessidade de se produzir imagens e significados novos e próprios, combatendo os preconceitos e estereótipos que justificavam a inferiorização desses grupos³.

A década de 1980 é identificada por vários pesquisadores, principalmente a partir da promulgação da constituição federal de 1988, como aquela em que houve um progressivo reconhecimento das diferentes culturas presentes no tecido social brasileiro. Para Silvério⁴, a Constituição Federal de 1988 reflete uma transição sociopolítica de uma sociedade que se representava como homogênea (do ponto de vista étnico-racial), harmônica (do ponto de vista do ideal de nação) e cordial (do ponto de vista das relações entre os indivíduos e grupos), para uma sociedade que se pensa diversa e profundamente heterogênea (do ponto de vista étnico-racial) dissonante (do ponto de vista do ideal de nação) e conflituosa (do ponto de vista das relações de poder entre os indivíduos e grupos).

A educação, nesse contexto, se torna um espaço de disputa e de reivindicação para a incorporação das diversidades culturais. Dito de outra maneira e corroborando Abramowicz, Rodrigues e Cruz⁵, houve a compreensão de que a cultura era um determinante no desempenho educacional. Para elas, essa noção orientou não apenas o campo educacional como as políticas públicas focais, a fim de superar a desigualdade, considerando uma concepção de que a desigualdade é constituída pelos pertencimentos culturais. A escola tomada de forma literal como campo no qual as desigualdades sociais fundamentalmente econômicas estariam atuando e seriam causadoras dos desempenhos desiguais entre estudantes, se tornou uma concepção predominante nas teorias de educação.

Na década de 1990, especificamente em 1996, a temática da diversidade tornou-se um tema transversal do ponto de vista curricular. O documento sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais⁶ é apresentado como um currículo mínimo de conteúdos a serem ofertados no sistema educacional. Desde o início, o documento orienta que a educação deve ser voltada para a cidadania. Diversos termos como Ética, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual,

³ Cf. nota 2, p. 116.

⁴ SILVÉRIO, V. R.; TRINIDAD, C. T. Há algo novo a se dizer sobre relações raciais no Brasil? *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 891-914, jul./set. 2012.

⁵ Cf. nota 1.

⁶ BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB 20/2009 e Resolução CNE/CEB 05/2009. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. MEC, SEB, 2010.

Trabalho, Consumo e Pluralidade Cultural são tratados como temas a serem incorporados, seguindo uma conexão entre a realidade social dos estudantes e saberes teóricos gerais do currículo Abramowicz, Rodrigues e Cruz⁷.

No caso específico da diversidade étnico-racial, o movimento social negro, como anteriormente citado, continuou e continua a ser o principal protagonista na reivindicação de uma educação voltada para o fim das desigualdades educacionais e sociais, geradas pelos históricos de práticas de racismo e de discriminação direcionados aos não brancos somente se dará com mais e melhor educação formal.

Prova disso são às diferentes ações realizadas pelo Estado em prol do desenvolvimento de ações voltadas às políticas de promoção da igualdade racial. Em 2003, por exemplo, após a alteração da Lei 9.394/1996 pela sanção da aprovação da Lei 10.639/2003 e sua posterior regulamentação, por meio do Parecer CNE/CP n. 03/2004 e da Resolução CNE/CP n. 01/2004, foi estabelecida a obrigatoriedade do ensino de história afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas da educação básica. Em 2008, novamente alterou-se a LDB 9394, por meio da Lei 11.645/08 que modificou o artigo 26-A, para contemplar as populações indígenas, revogando parcialmente a Lei 10.639/2003 que se também valida somente em relação ao artigo 79-B.

Em relação específica à Educação Infantil, principalmente a partir da década de 1980, pesquisas realizadas em instituições de educação infantil demonstraram que o cuidado e a educação destinados às crianças pequenas são desiguais e que essas desigualdades estavam relacionadas aos seus pertencimentos étnico-raciais. Entre os bebês, por exemplo - enquanto as crianças brancas são alvo de afetos, toques, carinhos -, as negras são confinadas aos berços, sem receber estímulos necessários para que o ser humano cresça saudável e pleno (OLIVEIRA, 2004)⁸.

Com crianças maiores, a situação, de acordo com as pesquisas, não se diferencia. Dias⁹, Cavalleiro¹⁰, observaram situações de discriminações nas interações entre crianças pré-escolares. O xingamento, o distanciamento, a rejeição são situações mais recorrentes no cotidiano das crianças. Especificamente com professores que se ocupam da educação da faixa etária de crianças entre 0 a 5 anos, a discriminação acontece pela falta de reconhecimento de

⁷ Cf. nota 1, p. 90.

⁸ OLIVEIRA, F. de. Um estudo sobre a creche: o que as práticas pedagógicas produzem e revelam sobre a questão racial? [Dissertação de mestrado]. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos, 2004.

⁹ DIAS, L. R. **Diversidade étnico-racial e educação infantil**. Três escolas, uma questão. Muitas respostas [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1997.

_____. **No fio do horizonte**: educadoras da primeira infância e o combate ao racismo. [Tese de doutorado]. São Paulo: Universidade de São Paulo -- Faculdade de Educação, 2007.

¹⁰ CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio da escola**. São Paulo: Contexto, 2003.

mérito das crianças negras, pelos maus tratos e principalmente pelo silenciamento diante de situações de discriminações entre elas. Essas pesquisas demonstraram e as mais recentes continuam a demonstrar que o espaço de educação infantil não tem cumprido seu papel estabelecido por lei: a oferta de educação de qualidade e de condições igualitárias a todas as crianças.

Em pesquisas realizadas por Rosemberg desde a década de 1990, os dados revelam que, quando se comparavam as faixas etárias, notava-se que as crianças brancas de 5 e 6 anos eram enviadas mais precocemente para o extinto primeiro grau; já as crianças pobres e negras de 7 a 9 anos eram mais frequentemente retidas no ensino pré-escolar, notadamente as residentes nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Os resultados apontavam, ainda, que um número maior de crianças negras entre 5 e 9 anos estava fora da escola, quando comparado ao das brancas: respectivamente 36,2% e 26,4%. Em 1999, especificamente, a pesquisadora trouxe novos dados de pesquisa que sugeriam que crianças brancas e negras eram atendidas de forma desigual. De acordo com o estudo, a maioria das crianças negras frequentava espaços de educação infantil de pior qualidade.

Duas décadas depois, de acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (2010) de cada 10 crianças pobres, 7 são negras. A pobreza atinge 32,9%, entre as crianças brancas; já, entre as crianças negras atinge 56%. Entre os 26 milhões de crianças que vivem em famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo, 17 milhões são de crianças negras. Em relação à chance de nascer e viver, um bebê negro tem 25% mais chance de morrer antes do primeiro aniversário do que uma criança branca. Essa desigualdade também assola crianças indígenas, que têm duas vezes mais chances de não sobreviver aos primeiros 12 meses de vida em relação às crianças brancas.

Ainda, pesquisa realizada em 2009 pelo **Observatório da Equidade Social** constatou a presença, no território nacional, de desigualdade no que tange à frequência entre crianças brancas e crianças negras na creche e na pré-escola. Os resultados demonstraram que as crianças negras frequentavam menos creches e pré-escolas que crianças brancas. Esses dados foram em decorrência de diferentes fatores, entre eles a falta de igual acesso para todas as crianças, a residência de crianças negras em regiões e localidades com menor quantidade de equipamentos públicos. As pesquisas de âmbito macro, tanto as mais recentes quanto as realizadas na década de 1990, demonstram que as infâncias entre as crianças em idade de frequência à creche e a pré-escola, são vivenciadas de forma desigual, e que essas desigualdades estão relacionadas diretamente aos seus pertencimentos étnico-raciais.

No Brasil, não é possível afirmar que existem políticas públicas de promoção da igualdade étnico-racial na educação infantil. Os esforços são reais e nos últimos anos, os avanços significativos, no entanto, os limites são maiores, entre outros, o fato da maioria das ações realizadas em prol da diversidade, ainda serem políticas de governo, não prevalecendo, diante das mudanças, enraizadas como uma política de Estado.

Assim, concordando com Gomes¹¹ que nos últimos anos, com avanços e limites, algumas dimensões da diversidade pleiteadas historicamente pelos movimentos sociais e demais setores organizados da sociedade começam a fazer parte da pauta da agenda das políticas públicas. Transformam-se em temas de debate e de disputa na arena política e na própria produção intelectual. Assim, a esperança de as políticas públicas destinadas a Educação Infantil, sejam contagiadas, permanece.

E é com essa esperança que os artigos apresentados neste número temático, foram elaborados. Analisando os desafios presentes na imbricação complexa entre Desigualdades, Diversidade e Educação Infantil, a partir de diferentes abordagens metodológicas e teóricas e perspectivas educacionais, os autores trazem suas contribuições para a troca com aqueles que têm o compromisso de construir um presente e um futuro, para todas as crianças, sem racismo, preconceito e desigualdades e acreditando na possibilidade de uma sociedade justa e promotora de igualdade, em especial a étnico-racial.

Iniciamos apresentando o artigo de Caroline Felipe Jango da Silva intitulado **AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ACERCA DA CRIANÇA NEGRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS MECANISMOS DE DISCRIMINAÇÃO** sobre as representações sociais acerca das crianças negras na educação infantil e os mecanismos de discriminação racial existentes em uma creche municipal.

De Caroline Mari de Oliveira temos a discussão sobre a educação infantil no e do campo e a desigualdade de acesso ao direito a esta etapa do ensino nos territórios rurais com o artigo **O MST E A LUTA AO DIREITO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO E NO CAMPO: considerações sobre a desigualdade entre campo e cidade a partir da década de 1990**.

De nossa organizadora Cristina Teodoro Trinidad temos o artigo **UM CORPO NEGADO: a importância da Educação Infantil para a construção e a afirmação da identidade étnico-racial de crianças pré-escolares** que se propõe a discutir a identificação étnico-racial a partir das falas de crianças e a demonstrar que critérios e valores sociais,

¹¹ GOMES, N. L. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 687-693, jul./set. 2012.

baseados no racismo, foram apropriados, particularmente, aqueles que levam crianças negras a negarem seus próprios corpos.

O artigo **RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E OS CABELOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: olhar sobre a perspectiva das crianças** de Eduarda Souza Gaudio é um recorte de um estudo de mestrado que investigou as relações sociais entre crianças e com adultos quanto às diferenças étnico-raciais numa instituição de Educação Infantil da Rede Municipal de São José.

Das autoras Eva Batista dos Santos Silva e Ivone Jesus Alexandre temos o artigo **EDUCAÇÃO INFANTIL: diversidade racial na creche de Cáceres-MT** em que buscaram compreender como os professores tratam as crianças negras na sala de aula assim como verificar como os brinquedos, contos, músicas, peças de teatros, fantoches podem contribuir para a prática pedagógica no trato com as diferenças raciais.

O artigo **EDUCAÇÃO INFANTIL E RELAÇÕES RACIAIS: possibilidades metodológicas** de Ivone Jesus Alexandre descreve a prática pedagógica na educação infantil e as relações raciais a partir do projeto ‘Sala do Educador: Educação das Relações Étnico Raciais’ que envolveu professores da UNEMAT-campus de Juara/MT, Secretaria de Educação Municipal de Juara e profissionais das escolas e creches municipais.

POSITIVAR A IMAGEM DO NEGRO DESDE A EDUCAÇÃO INFANTIL: uma experiência no Nordeste Goiano é o artigo de Jonathas Vilas Boas de Sant’Ana cujo objetivo foi evidenciar a necessidade de estratégias para a positivação da imagem do negro desde a Educação Infantil.

Finalizamos esta Seção com o artigo de Marlene de Araújo intitulado **EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: inquietações, indagações e movimentos de superação** em que a autora aborda indagações para novas pesquisas e produção teórica para os estudos da infância, educação infantil e relações étnico-raciais em seis aspectos: a) persistente visão do racismo como preconceito; b) cumprimento dos preceitos legais; b) infância, relações étnico-raciais e direitos humanos; c) racialização das relações de poder; d) análises acadêmicas e as relações étnico-raciais e d) escolas como um dos espaços de práticas de superação do racismo.

A seguir, na **Seção Entrevista** apresentamos, com grande satisfação, nossa convidada a Excelentíssima Ministra Nilma Lino Gomes, do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. **POR UMA EDUCAÇÃO INFANTIL EMANCIPATÓRIA: o papel do educador e da educadora na construção da identidade étnico-racial de crianças pequenas** é o título da entrevista em que teremos o prazer de

conhecer um pouco mais sobre a pesquisa acadêmica na temática diversidade e relações étnico-raciais e sua trajetória como pesquisadora por uma sociedade mais justa e educação de qualidade para todos.

Cristina Teodoro Trinidad

Cristinne Leus Tomé

Izabela Antônia Petroski

Mayane Ribeiro Espinosa Ormond

Sinop, 04 de novembro de 2015.

Recebido em: 27 de outubro de 2015.

Aprovado em: 05 de novembro de 2015.